

Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 174, de 2017

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Iniciativa:

Ementa:

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para instruir a SUG 53 de 2017, que prevê a “Proibição da privatização da Caixa Econômica Federal”

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 21/12/2018 - COMISSÃO CONCLUIDA

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: COMISSÃO CONCLUIDA

Ação: Em virtude do fim da legislatura atual, conforme o Art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e as orientações contidas no Ato da Mesa do Senado Federal nº 2 de 2014, o RDH 174/2017 é arquivado.

14/12/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Aprovado, em 14/12/2017, o RDH 174 de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim.

13/12/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 105ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 14/12/2017.

***** Retificado em 14/12/2017*****

Acrescenta-se a seguinte informação: a 105ª Reunião foi agendada e aberta no dia 13/12/2017. Em seguida suspensão e reagendada para o dia 14/12/2017.

05/12/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 11:39.

Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 174, de 2017

DOCUMENTOS

RDH 174/2017

Data: 05/12/2017

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para instruir a SUG 53 de 2017, que prevê a “Proibição da privatização da Caixa Econômica Federal”